

**DO ESCLARECIMENTO AO COSMOPOLITISMO: O PAPEL DA
EDUCAÇÃO NA EDIFICAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO KANTIANO¹**

[FROM ENLIGHTENMENT TO COSMOPOLITANISM: THE ROLE OF EDUCATION
IN BUILDING THE KANTIAN POLITICAL PROJECT]

Joao Paulo Silva Martins

joao.filoss@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0009-9172-8411>

*Professor da Universidade Federal do Acre – UFAC / CAP. Membro do Grupo de Pesquisa Nômade, vinculado
ao Instituto Federal de Rondônia - IFRO.*

DOI: [10.25244/tf.v16i1.5445](https://doi.org/10.25244/tf.v16i1.5445)

Recebido em: 21 de março de 2023. Aprovado em: 10 de maio de 2023

¹ Uma primeira versão do presente trabalho fora publicada enquanto parte de um estudo mais extenso do projeto de educação moral em Kant, intitulado *A formação do Sujeito Moral na Perspectiva Kantiana*. Aqui apresentamos uma versão revisada e reformulada sobre o recorte específico da educação enquanto ferramenta para a consolidação do projeto político kantiano.



**Do Esclarecimento ao Cosmopolitismo:
o papel da educação na edificação do projeto político kantiano**
SOUSA, Paulo Eduardo de

Resumo: As reflexões de Kant sobre a educação estão ligadas com todo o desenvolvimento de sua filosofia moral, visto que é um meio de condução do humano do seu estado de selvageria ao mais elevado grau de desenvolvimento que é a moralidade. Partindo deste pressuposto, outros desdobramentos da pedagogia kantiana se tornam possíveis, como, por exemplo, a importância da educação para a consolidação do projeto de paz perpétua desenvolvido pelo filósofo no campo da filosofia política. Assim como a constituição de uma sociedade dá-se pela superação da liberdade selvagem rumo à liberdade civil dentro de um Estado, a sociedade cosmopolita deve superar a liberdade irrestrita do Estado para uma liberdade legal numa liga dos povos, tendo como fundamento a própria visão teleológica da natureza e a concepção de ser humano como ser capaz de atingir gradativamente a moralidade. Além de conduzir a espécie humana a seu fim último – a moralidade – a educação também precisa direcioná-la a um estado de harmonia que ultrapasse os limites territoriais e políticos entre os estados por meio da formação do sujeito enquanto “cidadão do mundo” pela consolidação de um Estado cosmopolita.

Palavras-chave: Cosmopolitismo. Educação moral. Immanuel Kant.

Abstract: Kant's reflections on education are linked with the entire development of his moral philosophy, since it is a means of conducting the human from his state of savagery to the highest degree of development that is morality. Based on this assumption, other developments of the Kantian pedagogy become possible, such as, for example, the importance of education for the consolidation of the perpetual peace project developed by the philosopher in the field of political philosophy. Just as the constitution of a society takes place by overcoming wild freedom towards civil freedom within a State, the cosmopolitan society must overcome the unrestricted freedom of the State towards legal freedom in a league of peoples, based on the teleological vision itself. of nature and the conception of the human being as being able to gradually reach morality. In addition to leading the human species to its ultimate goal – morality – education also needs to direct it to a state of harmony that goes beyond territorial and political boundaries between states through the formation of the subject as a “citizen of the world” through the consolidation of a cosmopolitan state.

Keywords: Cosmopolitanism. Moral education. Immanuel Kant

**Do Esclarecimento ao Cosmopolitismo:
o papel da educação na edificação do projeto político kantiano**
SOUSA, Paulo Eduardo de

1 INTRODUÇÃO

Sendo um dos mais importantes nomes da filosofia moderna, Immanuel Kant, conhecido principalmente por promover o que ele mesmo intitulou de “Revolução copernicana da Filosofia”, dedicou-se à compreensão da razão humana e seus limites na sua mais importante obra, *Crítica da Razão pura*, ocupou-se da moral e das possibilidades de firmar leis universalmente válidas por meio das diversas formulações do Imperativo Categórico. Em suas obras de cunho moral, em especial a *Crítica da Razão Prática* e *A Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Kant evidencia que sua filosofia moral não se trata de uma teoria, mas sim de um sistema filosófico, no qual outras temáticas se estruturam em torno da ideia da moralidade e também aponta desdobramentos possíveis dos estudos do homem enquanto sujeito moral. Dentre essas temáticas, destacamos a educação, apontada como caminho de desenvolvimento da moralidade, e a filosofia política enquanto consolidação de uma estrutura moral não apenas no campo do indivíduo, mas também das organizações sociais e nações.

A filosofia de Immanuel Kant teve grande repercussão devido à abrangência de seus escritos, o que acarretou em inúmeras discussões inovadoras tanto na filosofia quanto na pedagogia. Kant foi um homem de seu tempo, atento às transformações da sociedade e do pensamento de sua época. Imerso no “século das luzes”, o filósofo de Königsberg traz em sua filosofia os traços do Iluminismo, valorizando a razão como meio pelo qual o homem pode “iluminar-se” e transcender sua condição sensível, alcançando a elevação de suas capacidades a fim de conservar e desenvolver suas relações sociais.

Devido à importância da educação no processo de desenvolvimento do indivíduo e da humanidade como um todo, educar torna-se um ato de extrema responsabilidade e, também, um desafio. O desafio da educação numa perspectiva kantiana nos remete ao *Aufklärer*, a tarefa de conduzir o educando à maioridade. A educação está voltada para o desenvolvimento da autonomia, para ensinar o trato com a liberdade. O objetivo da educação é, portanto, fazer com que o indivíduo se desenvolva de modo que possa escolher para si máximas de ação que passem sobre o filtro do imperativo categórico, e mais do que isso, que escolha tais máximas por si mesmo, partindo da própria razão, fundamentando-se em sua autonomia e, assim, utilizar bem suas capacidades racionais.

Na introdução de seu escrito *Sobre a Pedagogia* (KANT, 1999, p. 25-26), Kant nos apresenta quatro elementos fundamentais que devem ser postos como finalidade da educação. O primeiro deles, a disciplina, deve cuidar para que a selvageria presente na natureza humana – pois o homem é um animal sensível – não seja o fator predominante em seu ser, ou seja, a disciplina deve favorecer o desenvolvimento racional do homem por meio do controle de seus instintos animais. O segundo ponto a ser desenvolvido é a cultura, esta diz respeito ao conhecimento da escrita e da linguagem, bem como o conhecimento das artes e das ciências. O terceiro elemento é a prudência, que é apresentada junto à cultura na busca por desenvolver a civilidade no homem, isto é, a sua imersão no contexto social em que vive. O quarto e último elemento é a moralidade, que tem como objetivo conduzir o homem à escolha de bons fins, ou seja, fins que possam ser, por todos, escolhidos, resultando em uma universalização das máximas de ação, e, em decorrência, na constituição de uma sociedade justa e, posteriormente, um Estado cosmopolita.

**Do Esclarecimento ao Cosmopolitismo:
o papel da educação na edificação do projeto político kantiano**
SOUSA, Paulo Eduardo de

Além de conduzir a espécie humana a seu fim último – a moralidade – a educação também precisa direcioná-la a um estado de harmonia que ultrapasse os limites territoriais e políticos entre os estados por meio da formação do sujeito enquanto “cidadão do mundo” pela consolidação de um Estado cosmopolita. Buscar-se-á no presente artigo compreender a possibilidade e a importância da constituição do indivíduo enquanto sujeito moral e cosmopolita bem como a colocação da educação enquanto meio para atingir este fim.

2 EDUCAÇÃO MORAL E COSMOPOLITISMO NA FILOSOFIA DE KANT

No decorrer de toda a discussão de Kant sobre a educação tem-se claro que a sua finalidade superior é a condução do homem à moralidade. Isso se dá pelo desenvolvimento da educação que parte da passividade do processo de disciplina e vai até a instrução moral propriamente dita, na qual a educação torna-se mais ativa em relação ao sujeito. A busca por uma educação ativa em relação ao educando não é, todavia, uma proposta unicamente kantiana, mas se faz presente no próprio ideal iluminista de que o homem deve guiar-se pela própria razão, que seja livre. Em seu texto *Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento?*, Kant (1985, p. 102) nos apresenta a possibilidade de esclarecimento por meio da liberdade: “Que porém um público se esclareça [*«aufkläre»*] a si mesmo é perfeitamente possível, mais que isso, se lhe for dada a liberdade, é quase inevitável”. Aqui, o filósofo não despreza a necessidade de um educador, o que o colocaria em contradição, mas faz a crítica àquele que se mantém em constante estado de tutela por acomodar-se a se deixar conduzir por razão alheia, adiando o esclarecimento e, conseqüentemente, a moralidade.

O ideal iluminista presente na pedagogia kantiana manifesta-se pela busca constante da autonomia e da moralidade que culminarão no desenvolvimento máximo da natureza humana: a formação moral do sujeito e, em consequência, uma sociedade justa a caminho da universalização do direito por meio de um estado superior cosmopolita (KANT, 1999, p. 106).

Kant distingue a educação em passiva e ativa apenas para fins didáticos, ou seja, para que suas ideias sejam compreendidas com maior clareza. A educação enquanto passiva em relação ao educando relaciona-se com o disciplinar, com o constrangimento de sua vontade. O educar ativamente, por sua vez, relaciona-se com as escolhas das máximas. Nesta segunda fase da educação se pressupõe que o educando já foi disciplinado, já aprendeu a utilizar, ainda que não de forma moralmente satisfatória, sua liberdade por meio da qual a autonomia deve se fundamentar. É necessário que o educando entenda que todo o constrangimento do processo educativo tem como fim a utilização correta de sua liberdade. Deste modo, a primeira fase da educação é posta como um meio para que a segunda se concretize, havendo assim estreita relação entre ambas.

A educação, desse modo, distancia-se de um treinamento moral, pois esta não se baseia na obediência cega e passiva do aluno em relação ao mestre. “Não é suficiente treinar as crianças, urge que aprenda a pensar” (KANT, 1999, p. 27). Não basta que os educandos aprendam a agir corretamente, mas que ajam corretamente pelos motivos certos: “É infinitamente importante ensinar às crianças a odiar o vício por virtude, não pela simples razão de que Deus o proibiu, mas por ser desprezível por si mesmo.” (KANT, 1999, p. 27). Aprende-se a lei por meio de uma instrução e a partir

**Do Esclarecimento ao Cosmopolitismo:
o papel da educação na edificação do projeto político kantiano**
SOUSA, Paulo Eduardo de

desse aprendizado o homem torna-se tutor de si mesmo, pois terá a capacidade de julgarsuas ações e ser autônomo em relação as suas escolhas.

Kant nos indica que “aprende-se mais solidamente e se grava de modo mais estável o que se aprende por simesmo.” (KANT, 1999, p. 70). Mediante a educação física(e posteriormente prática), o educando constrói a base de seu próprio desenvolvimento, ou seja, adquire condições de se servir de sua própria razão, para que, por meio da autodisciplina atinja sua emancipação, possa pensar e agir por si mesmo, sendo senhor de si.

A ideia do aprender a pensar e agir por si mesmo nos conduz a outro conceito kantiano: a maioridade. Em *Resposta à Pergunta: O que é o Esclarecimento?*, Kant apresenta o conceito de maioridade relacionado à autonomia. Maior é o homem capaz de guiar-se e fazer uso do próprio entendimento. Em contraposição à maioridade temos a menoridade. Ele assim a define: “menoridade é aincapacidade de se servir do entendimento sem aorientação de outrem.” (KANT, 1985, p. 100).

Para alcançar a maioridade e a moralidade, o homem precisa ser submetido a um processo educativo, “épreciso acostumá-lo logo a submeter-se aos preceitos da razão” (KANT, 1999, p. 13-14). E é, justamente, devido à ausência da capacidade de submeter-se a própria razão que o educando precisa ser submetido às leis externas. A disciplina, conforme dito, ocupa o lugar do dever nessa fase do desenvolvimento do homem, é o educador que direciona ao esclarecimento, escolhendo pelo educando enquanto ele ainda não desenvolveu a capacidade de ser senhor de si².

Vale salientar que a educação moral não se resume em educação escolar, é preciso, o quanto antes, que o homem aprenda a lidar com suas paixões, aprenda a respeitar suas próprias leis e se perceber semelhante aos demais, desenvolvendo-se segundo ideias cosmopolitas³, isto é, perceber-se como membro participante de umacomunidade mundial, não só como indivíduo, mas também como espécie.

O dever também precisa ser desenvolvido em suas duas instâncias: na primeira, o dever para consigo mesmo: “dever-se-ia fazer a criança perceber a dignidade humana em sua própria pessoa”, ou seja, que tem um valor intrínseco. Nesse estágio é fundamental, por exemplo, quea criança perceba o quão desprezível é a mentira. Assim como na *Metafísica*, em *Sobre a Pedagogia* Kant defende que “a mentira torna o homem um ser digno de desprezo geral e é um meio de tirar a estima e a credibilidade que cada umdeve a si mesmo”. (KANT, 1999, p. 90). A mentira, nessecontexto, nos é apresentada como uma transgressão do dever para consigo mesmo, o que atingiria negativamente o reconhecimento da dignidade em si mesmo e, em consequência, a dignidade em relação à humanidade enquanto espécie.

Em relação aos deveres para com os outros, Kant assim se posiciona:

Deve-se inculcar desde cedo nas crianças o respeito e a atenção aos direitos humanos e procurar assiduamente que os ponha em prática. Por exemplo, se uma criança

² Segundo Menezes, “o educador é, por sua tarefa, o *Aufklärer* por excelência: existe a tarefa premente de conduzir os homens à maioridade”. (MENEZES, 2014, p. 121).

³ Segundo Terra, a ideia do cosmopolitismo se fundamenta no fato de “o desenvolvimento completo das disposições naturais só pode se dar no homem como criatura racional na espécie e não nos indivíduos, diferentemente dos animais, que atingem individualmente sua destinação.” (TERRA, 2011, p. 59).

**Do Esclarecimento ao Cosmopolitismo:
o papel da educação na edificação do projeto político kantiano**
SOUSA, Paulo Eduardo de

encontra outra, pobre, e a fusta rudemente do seu caminho ou bate nela etc., não se deve dizer “Não faça isso; isso machuca, tenha dó, é um pequeno infeliz” etc.; ao contrário, precisa ser tratada com a mesma arrogância e deve-se fazê-la sentir vivamente o quanto a sua conduta é contrária ao direito de humanidade. (KANT, 1999, p. 90).

A intenção não é que a criança trate adequadamente sua semelhante motivada por pena ou visando aprovação de outrem, mas que aja corretamente por reconhecer o outro como pessoa, e consequentemente como possuidor da mesma dignidade que traz consigo. Aqui nos deparamos mais uma vez com a distinção da ação conforme o dever e a ação por dever, e, intrinsecamente com a ideia de uma educação que tem como aspiração a formação do homem cosmopolita, de ações regidas por leis universais, tendo em vista que é essa legislação universal apontada pelo dever que possibilita a consolidação de um direito universalmente válido (KANT, 2011, p. 10). Quanto a isso, em *Sobre a Pedagogia*, Kant nos aponta a “falta de um catecismo do direito” (1999, p.91), pelo qual os educandos teriam uma instrução sobre o que é justo e o que é injusto, e assim se educarem sob um ideal de honestidade, resultando na manutenção tranquila da vida em sociedade, sem que os direitos humanos fossem transgredidos.

A ideia de garantia dos direitos humanos não basta ser instituída de acordo com uma sociedade específica, mas deve fundar-se na universalidade, na ideia do homem enquanto cidadão do mundo, no cosmopolitismo. O princípio de desenvolvimento do homem enquanto sujeitocosmopolita não pode basear-se apenas a formação individual do sujeito, mas também, e principalmente, pelas relações de paz entre os Estados. Essa ideia é apresentada por Kant de forma mais pontual em seu texto *A Paz Perpetua*:

Os povos, enquanto Estados, podem considerar-se como homens singulares que, no seu estado de natureza (isto é, na independência de leis externas), se prejudicam uns aos outros já pela sua simples coexistência e cada um, em vista da sua segurança, pode e deve exigir do outro que entre com ele numa constituição semelhante à constituição civil, na qual se possa garantir a cada um o seu direito. Isto seria uma federação de povos que, no entanto, não deveria ser um Estado de povos. (KANT 2008c, p. 15-16).

Isso se dá, contudo, de maneira lenta e gradativa por meio da educação enquanto criadora da consciência da dignidade humana em si e nos demais, projetando a humanidade de modo universal. Nessa relação com o outro, no entanto, o direito precisa ser posto como forma de cultivar nas crianças o princípio de generosidade e de justiça. Em contrapartida, o direito não é suficiente para a constituição da moralidade. Uma legislação externa deve servir de apoio e não de fundamento para a moral.

O educando necessita perceber no outro a mesma dignidade que traz em si, para que possa agir visando uma igualdade universal. Para isso, no processo educativo a criança precisa ser submetida a leis gerais, sobretudo no ambiente escolar. Kant esclarece: “O mestre não deve mostrar

**Do Esclarecimento ao Cosmopolitismo:
o papel da educação na edificação do projeto político kantiano**
SOUSA, Paulo Eduardo de

predileção alguma, nenhuma preferência a um aluno em relação aos outros, pois a lei deixaria de ser geral. Quando a criança observa que os outros não estão submetidos à mesma lei que ela, torna-se rebelde.” (KANT, 1999, p. 78).

A percepção da criança em relação à forma como é tratada nos abre outra possibilidade educativa, o exemplo. A *Metafísica dos Costumes* nos esclarece a importância do exemplo no processo de educação moral:

O meio experimental (técnico) para o cultivo da virtude é o bom exemplo da parte do próprio mestre (sua conduta exemplar) e o exemplo que adverte os outros, pois, para um ser humano ainda em desenvolvimento, a imitação constitui a primeira determinação de sua vontade para aceitar máximas que ele, posteriormente, produz para si mesmo. (KANT, 2008 b, p. 322).

Neste ponto, Kant (1999) nos alerta que “uma geração educa a outra”, destacando a responsabilidade que a geração presente (independente de período histórico) exerce sobre a futura⁴. Com isso o filósofo retoma a importância da boa conduta como meio educativo. Neste caso, a geração que educa serve de exemplo de ação para a que aprende. Contudo, Kant também nos adverte que o exemplo deve servir apenas como estímulo para a ação moral e não como fundamento de uma lei, visto que toda filosofia moral kantiana se fundamenta na autonomia e na universalidade. A discussão prossegue:

Por conseguinte, um mestre não dirá ao seu aluno desobediente: segue o exemplo daquele menino bom (organizado, diligente)!..., pois isso só o levaria a odiar tal menino, que o coloca numa luz desfavorável. Um bom exemplo (conduta exemplar) não deveria servir como modelo, mas somente como uma prova de que é realmente possível agir em conformidade com o dever. Desta maneira, não se trata da comparação com qualquer outro ser humano (como ele é), mas com a ideia (de humanidade), como ele deve ser, sendo assim comparação com a lei, que deve atuar como o padrão constante de instrução de um mestre. (KANT, 2008, p. 322).

Por trás de toda argumentação sobre a educação, Kant mostra-se preocupado com a consolidação de sua filosofia moral, isto é, o problema da educação não se exclui do próprio problema da moralidade. É preciso que se trate de modo semelhante os educandos para que estes se percebam semelhantes, e assim possam cultivar o ideal cosmopolita, que, segundo o filósofo, é necessário para o desenvolvimento de uma sociedade justa, que só se faz possível pelo

⁴ Dalbosco, ao comentar tal passagem, afirma que o homem precisa de ensinamentos para que se desenvolva e alcance “o melhoramento da espécie e a execução de sua finalidade que dependem de processos de aprendizagem levados adiante pelo conflito entre as gerações.” (2011, p. 84).

**Do Esclarecimento ao Cosmopolitismo:
o papel da educação na edificação do projeto político kantiano**
SOUSA, Paulo Eduardo de

desenvolvimento da moralidade.

Em seu texto *Cosmopolitanisms in Kant's philosophy*, Georg Cavallar nos lembra da necessidade de apontar os diferentes tipos de cosmopolitismos em Kant, podendo seresse de cunho epistemológico, económico ou comercial, moral, ético teológicas, políticos e culturais. Aqui apoiamo-nos na ideia de um cosmopolitismo moral que possibilite o desenvolvimento de todas as suas outras ramificações. O comentador declara que

Kant defendeu o cosmopolitismo moral na década de 1790 com a afirmação de que todos os seres racionais, independentemente da sua raça, devem ser considerados como fins em si mesmos e como membros legisladores de um “reino universal de fins”. O cosmopolitismo moral é expresso na ideia de um reino (ou comunidade) dos fins ou comunidade ética onde os seres humanos unem-se livremente em uma comunidade baseando-se na igualdade e autolegislação, os seres racionais são respeitados como fins em si mesmos, e é conseguido um todo moral de todas as extremidades. Esse cosmopolitismo moral tem uma base nas predisposições morais dos seres humanos, pelo menos, de acordo com Kant. [...] A comunidade ética engloba toda a raça humana, é distinta de uma comunidade política, que regula as ações externas de seres humanos, baseia-se na lei moral, coincide com um reino invisível e é o destino moral da raça humana. (CAVALLAR, 2012, p. 98-99. Tradução nossa).

É pela universalidade proposta pelo imperativo categórico que o cosmopolitismo se torna alcançável. Na quinta proposição do texto *Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*, Kant nos afirma que “O maior problema para a espécie humana, a cuja solução a natureza a obriga, é alcançar uma sociedade que administre universalmente o direito” (KANT, 2011, p. 10. Itálicos do original), essa administração universal concretiza-se com o desenvolvimento e respeito da liberdade individual, acarretando no desenvolvimento da humanidade enquanto espécie, que seria o propósito superior da natureza humana, “assim, uma sociedade na qual a *liberdade sob leis exteriores* encontra-se ligada no mais alto grau a um poder irresistível, ou seja, uma construção civil perfeitamente *justa* deve ser a mais elevada tarefa da natureza para a espécie humana” (KANT, 2011, p. 10. Itálicos do original).

A natureza, desse modo, tem um plano de duplo desenvolvimento em relação à humanidade: de um lado, a formação do indivíduo enquanto autônomo e moral, de outro, o desenvolvimento da sociedade (Estado) na busca de tornar-se perfeitamente justa. Nas três últimas proposições de *Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita* (Sétima, Oitava e Nona), Kant é bem pontual quanto à importância e necessidade da consolidação de um Estado Cosmopolita, colocando-o como propósito supremo da natureza, como “o seio no qual podem se desenvolver todas as disposições originais da espécie humana.” (KANT, 2011, p.19). Embora haja um duplo desenvolvimento da humanidade, o meio para a consolidação do plano da natureza é único: é só pela educação que o homem pode, enquanto indivíduo e enquanto espécie, alcançar seu destino e sua humanidade.

A ideia defendida pelo filósofo diz respeito ao desenvolvimento moral máximo nos indivíduos que, impulsionados pela sociabilidade insociável busquem seu progresso individual, e gradativamente vá se consolidando um Estado justo e moralizado. O mesmo princípio de desenvolvimento dos indivíduos

**Do Esclarecimento ao Cosmopolitismo:
o papel da educação na edificação do projeto político kantiano**
SOUSA, Paulo Eduardo de

deve ser aplicado a cada república, conduzindo a humanidade a um Estado Cosmopolita Universal. Assim como a constituição de uma sociedade dá-se pela superação da liberdade selvagem rumo à liberdade civil dentro de um Estado, a sociedade cosmopolita deve superar a liberdade irrestrita do Estado para uma liberdade legal numa liga dos povos, tendo como fundamento a própria visão teleológica da natureza e a concepção de ser humano como ser capaz de atingir gradativamente a moralidade. O autor declara:

A mesma insociabilidade que obrigou os homens a esta tarefa é novamente causa de cada república, em suas relações externas – ou seja, com um Estado em relação a outros Estados –, esteja numa liberdade irrestrita, e conseqüentemente deva esperar do outro os mesmos males que oprimiam os indivíduos e os obrigavam a entrar em um estado civil conforme leis. A natureza se serviu novamente da incompatibilidade entre os homens, mesmo entre as grandes sociedades e corpos políticos desta espécie de criatura, como meio para encontrar, no seu inevitável antagonismo, um estado de tranqüilidade e segurança. (KANT, 2011, p. 13).

Assim como a social insociabilidade, no âmbito do indivíduo, tende a retirar o homem de seu estado de preguiça e comodidade fazendo-o alcançar o progresso esperado pela natureza, do mesmo modo, em relação aos Estados, Kant considera que tal insociabilidade conduza a um fim superior, ou seja, mesmo as guerras com toda a sua destruição e transtorno trabalham para a edificação de uma grande federação de nações que os faça sair do Estado sem leis dos selvagens para entrar em um Estado de “poder unificado e da decisão segundo leis de uma vontade unificada”. (KANT, 2011, p. 13). A consolidação da paz por meio da guerra⁵ dá-se somente segundo o propósito da natureza e não dos indivíduos. Isso nos é evidente em *Á Paz Perpétua*: “O que subministra esta garantia é tão-só a grande artista, a Natureza (*natura daedala rerum*), de cujo curso mecânico transparece com evidência uma finalidade: através da discórdia dos homens, fazer surgir a harmonia, mesmo contra a sua vontade”. (KANT, 2008c, p. 23). Essa determinação, a obediência à natureza, dá-se, entretanto, somente na humanidade enquanto espécie, enquanto indivíduo o homem deve continuar a guiar-se pela própria razão e desenvolver-se enquanto sujeito autônomo e possuidor de uma vontade possivelmente boa que o conduza ao plano da natureza, que por sua vez não se concretiza em uma única geração, e sim, paulatinamente, conduz a humanidade a tornar-se uma única nação por meio de uma federação cosmopolita.

A ideia de uma grande federação das nações também já fora defendida por Kant na *Crítica da*

⁵ “A guerra, assim como é uma experiência não intencional dos homens (provocada por paixões desenfreadas), é uma experiência profundamente oculta e talvez intencional da sabedoria suprema, para instituir, se não a conformidade a leis com a liberdade dos Estados e desse modo a unidade de um sistema moralmente fundado, ao menos para prepará-la e apesar dos terríveis sofrimentos em que a guerra coloca o gênero humano e dos talvez ainda maiores, com que sua constante preparação o pressiona em tempos de paz, ainda sim ela é um impulso a mais (ainda que a esperança de tranqüilidade para felicidade do povo seja cada vez mais longínqua) para desenvolver todos os talentos que servem à cultura até o mais alto grau”. (KANT, 2008d, p. 273).

**Do Esclarecimento ao Cosmopolitismo:
o papel da educação na edificação do projeto político kantiano**
SOUSA, Paulo Eduardo de

Faculdade do Juízo:

A condição formal, sob a qual somente a natureza pode alcançar esta sua intenção última, é aquela constituição na relação dos homens entre si, onde ao prejuízo recíproco da liberdade em conflito se opõe em poder conforme leis num todo que se chama sociedade *civil*, pois somente nela pode ter lugar o maior desenvolvimento das disposições naturais. Para essa mesma sociedade seria contudo ainda certamente necessário, mesmo que os homens fossem suficientemente para encontrar e voluntariamente ao seu mando, um todo cosmopolita <*weltbürgerliches Ganze*>, isto é, um sistema de todos os estados que correm o risco de atuar entre si de forma prejudicial. (KANT, 2008d, p. 273).

O ideal cosmopolita não se desprende do propósito de Kant para a educação: “O estabelecimento de um projeto educativo deve ser executado de modo cosmopolita” (KANT, 1999, p. 23). Ao colocar o cosmopolitismo, assim como outrora coloca a moral, como etapa suprema do desenvolvimento humano, a relação entre educação moral e cosmopolitismo mostra-se clara. Moral e cosmopolitismo são postos como fins últimos da humanidade: a moral como fim do indivíduo, o cosmopolitismo como fim da espécie, ambos ligados à ideia de um progresso da natureza humana, que só é possível pela disciplina e pela formação moral, portanto, a educação faz-se necessária.

Em *Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*, Kant afirma que o desenvolvimento civil dos homens não implica necessariamente a moralidade, mas tal progresso deve ter como meta o avanço do homem em direção à moralidade. Isso justifica a necessidade de se pensar a estruturação de uma educação que vise à formação moral. O educador precisa ter clareza de objetivos para que o processo de formação não desvie o homem de seu destino final. Kant assim se posiciona:

Mediante a arte e a ciência, somos *cultivados* em alto grau. Somos *civilizados* até a saturação por toda espécie de boas maneiras e decoreto sociais. Mas ainda falta muito para nos considerarmos *moralizados*. Se, com efeito, a ideia de moralidade pertence à cultura, o uso, no entanto, desta ideia, que não vai além de uma aparência de moralidade (*Sittenähnliche*) no amor a honra e no decoreto exterior, constitui apenas a civilização. Mas enquanto os estados empregarem todas as suas forças em propósitos expansionistas ambiciosos e violentos, impedindo assim continuamente o lento esforço de formação interior do modo de pensar de seus cidadãos, privando-os mesmo de qualquer apoio neste propósito, nada disso pode ser esperado, porque para isto requer-se um longo trabalho interior de cada república (*gemeines Wesen*) para a formação de seus cidadãos⁶. (KANT, 2011, p. 16).

⁶ Em seu texto *Iluminismo, Pedagogia e Educação da Infância em Kant* (2007, p. 174-175), Pedro Pagni cita tal passagem e a comenta lembrando que “se a moral é constitutiva da cultura, entendida atinente ao cultivo espiritual necessário ao *Aufklärung*, ela ainda está ausente na civilização (*civilisation*) alemã de seu tempo, na concepção Kantiana. [...] Ao opor a cultura à civilização, Kant, pela primeira vez, fala como um dos porta-vozes da burguesia alemã em ascensão no período. Expressa-se como um

**Do Esclarecimento ao Cosmopolitismo:
o papel da educação na edificação do projeto político kantiano**
SOUSA, Paulo Eduardo de

Neste ponto percebemos que as finalidades da educação devem estar inseridas nos objetivos do Estado quanto ao seu desenvolvimento. A formação cultural do homem, porém, não é suficiente para o progresso almejado pela educação kantiana. Desenvolver as faculdades cognitivas por meio do conhecimento das diversas áreas do saber e das ciências são elementos de extrema relevância, mas para o progresso segundo o propósito cosmopolita faz-se necessário a educação moral por ser a mesma o meio adequado para a consolidação de tal ideal. Tanto no indivíduo quanto na espécie, há a necessidade de um processo formativo que possibilite uma edificação moral da natureza humana. A cultura serve-nos como um meio de acesso à moralidade, mas não lhe é parte inerente:

No que respeita à disciplina das inclinações, para as quais a disposição natural, relativamente à nossa determinação como espécie animal é completamente conforme a fins, mas que muito dificultam o desenvolvimento da humanidade, é também manifesto, no que concerne a esta segunda exigência a favor da cultura, uma aspiração conforme a fins da natureza que nos torna receptivos para uma formação que nos pode fornecer fins mais elevados do que a própria natureza. (KANT, 2008d, p. 273-274).

Deste modo, a educação tem a tarefa de desenvolver as disposições naturais da humanidade, mas –devido o fato de a natureza estabelecer à humanidade um desenvolvimento linear, isto é, um progresso constante que nos direciona a um futuro onde tal desenvolvimento seja maior que no estado atual – não sabemos ao certo até que ponto esse progresso se dará, pois desconhecemos quantas gerações ainda estão por vir. Frente a isso, o problema da educação, além do mais nobre, é também o mais árduo e necessário. A educação é, nesse sentido, um ideal, visto que sua perfeição ainda não se encontra na experiência. Sobre a possibilidade de concretização desse ideal, Kant apresenta sua posição: “Em primeiro lugar, basta que nossa idéia seja autêntica; em segundo lugar, que os obstáculos para efetua-la não sejam absolutamente impossíveis de superar” (KANT, 1999, p. 17).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação da moralidade é apresentada por Kant como o mais elevado grau de desenvolvimento do indivíduo, mas por pertencer a uma coletividade, isto é, a uma espécie, o homem precisa continuar sua busca para que o princípio da moralidade sirva como base também para as relações entre os Estados, de modo a consolidar o projeto de uma sociedade cosmopolita.

representante da *‘intelligentsia* de classe média’, que, ao adotar o ponto de vista do ‘cidadão do mundo’, contrapunha-se à nobreza alemã que se considerava civilizada por se ater apenas ao decoro e às convenções”.

**Do Esclarecimento ao Cosmopolitismo:
o papel da educação na edificação do projeto político kantiano**
SOUSA, Paulo Eduardo de

É necessário que o homem tome consciência de que, mais que um indivíduo, é espécie, e é só na espécie que alcançará sua destinação, sua humanidade. Em *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, Kant exemplifica por meio da metáfora da árvore na floresta a importância da coletividade para a formação individual: assim como as árvores que crescem entre muitas outras são obrigadas a se disciplinar e a desenvolver completamente os germes de sua natureza para irem ao encontro da luz do sol, também o homem, que se esclarece consciente de fazer parte de um todo, de uma espécie, disciplinar-se-á a fim de ascender à humanidade, a fim de harmonizar-se em meio à espécie.

A educação em Kant é, deste modo, o mais árduo problema do qual o homem deve se ocupar e nos é, também, apresentada como uma arte. Um árduo problema por pertencer a ela a tarefa de auxiliar o desenvolvimento da natureza humana para que alcance seu destino. A educação é, neste sentido, formadora do homem e tem a missão de conduzi-lo de seu rude estado de natureza ao mais elevado nível de polidez: a moralidade. Educação é, também, arte por desprender-se dos mecanismos físicos do homem e buscar o transcendente, um reino dos fins. Por esses motivos a educação precisa ser raciocinada, o homem precisa ocupar-se em desenvolvê-la metodicamente.

A reflexão kantiana sobre a educação não se desprende de todo seu sistema filosófico. A busca pela emancipação racional do homem, a constituição de sua capacidade de julgar e escolher máximas que guiem sua vida prática e ação política se encontram no processo educacional. A pergunta central da filosofia de Kant – o que é o homem? – está intrínseca em todo o desenrolar de sua reflexão sobre a educação. Educar o homem é desenvolvê-lo fisicamente como animal, epistemologicamente como ser racional, e moralmente como ser livre. Estes elementos constituintes do humano se encontram no despertar da autonomia. A educação é o meio para o qual a autonomia é fim.

Neste sentido, a finalidade da educação se liga diretamente com o ideal iluminista. Faz-se necessário que o homem pense e aja por si mesmo, que seja o formador das leis que regem sua conduta. Como o próprio filósofo nos sugere, o Iluminismo tem como lema a expressão “*sapere aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento” (KANT, 1985, p. 100), trazendo em si a necessidade de um desenvolvimento para a autonomia.

É necessário que o homem tome consciência de que, mais que um indivíduo, é espécie, e é só na espécie que alcançará sua destinação, sua humanidade. Em *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, Kant exemplifica por meio da metáfora da árvore na floresta a importância da coletividade para a formação individual: assim como as árvores que crescem entre muitas outras são obrigadas a se disciplinar e a desenvolver completamente os germes de sua natureza para irem ao encontro da luz do sol, também o homem, que se esclarece consciente de fazer parte de um todo, de uma espécie, disciplinar-se-á a fim de se ascender à humanidade, a fim de harmonizar-se em meio à espécie.

O maior desafio educacional se concentra no fato de ser a espécie humana responsável pelo seu próprio aperfeiçoamento, ou seja, o mestre, mesmo não tendo alcançado a perfeição da humanidade é responsável por conduzir seus discípulos a ela. O mestre precisa conduzir o educando a um estado de desenvolvimento o qual ele mesmo não atingiu. O aperfeiçoamento do ser humano deve dar-se mediante uma cultura progressiva, ou seja, educar sempre visando um estado melhor possível no futuro.

A pedagogia de Kant não se separa, também, de sua filosofia da história: embora a humanidade tenda a seguir um fio condutor traçado pela natureza, a história e o progresso da humanidade se dão

**Do Esclarecimento ao Cosmopolitismo:
o papel da educação na edificação do projeto político kantiano**
SOUSA, Paulo Eduardo de

por um retorno constante ao seu ponto de partida e, simultaneamente, lança-se para o futuro, visando um desenvolvimento gradativo enquanto espécie.

A educação kantiana é, assim, construtora e não reprodutora da sociedade. Apresenta-se como comprometida com a emancipação do homem tanto como pessoa quanto como em sociedade. Seus objetivos e métodos direcionam a humanidade para o esclarecimento, autenticidade e cosmopolitismo, a fim de, mesmo que num futuro distante, atingir, por meio da moralidade, um estado de “paz perpétua”. Embora distante de sua finalidade, a educação deve manter-se em constante busca pelo progresso, pelo desenvolvimento da humanidade em todas as suas esferas. Para que isso ocorra bons e generosos educadores são necessários.

REFERÊNCIAS

CAVALLAR, Georg. **Cosmopolitanisms in Kant’s Philosophy**. Ethics & Global Politics: Vol. 5, No. 2, 2012, p. 95-118.

DALBOSCO, Claudio A. “Da pressão disciplinada à obrigação moral”. In **Moralidade e educação em Kant**. DALBOSCO, Claudio A. EIDAM, Heinz. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

DALBOSCO, Claudio A. **Kant e a Educação**. Coleção Pensadores e a Educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: o que é “esclarecimento”?**. In: Immanuel Kant textos seletos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia**. Tradução de Francisco Cock Fontenella. 2ª ed. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 1999.

KANT, Immanuel. **A Metafísica dos Costumes**. Tradução, textos adicionais e notas Edson Bini. Bauru, SP: Edipro, 2ª ed. rev., 2008b.

KANT, Immanuel. **Crítica da Faculdade do Juízo**. Tradução de Valério Rodem e António Marques. 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008d.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Prática**. Lisboa: Edições 70, 2008.

KANT, Immanuel. **Antropologia de um Ponto de Vista Pragmático**. Tradução de Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Editora Iluminuras, 2009b.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Lisboa: Edições 70, 2009.

DOI: [10.25244/uf.v16i1.5445](https://doi.org/10.25244/uf.v16i1.5445)

**Do Esclarecimento ao Cosmopolitismo:
o papel da educação na edificação do projeto político kantiano**
SOUSA, Paulo Eduardo de

KANT, Immanuel. **Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

KANT, Immanuel. **À Paz Perpétua um projeto filosófico**. Tradução de Artur Morão. LusoSofia: Universidade da Beira Interior Covilhã, 2008c.

MENEZES, Edilson. **Kant: Esclarecimento e Educação Moral**. *In: Cadernos de Filosofia Alemã*, vol. 19; n. 1, pp. 117-147.

PAGNI, Pedro A. Iluminismo, Pedagogia e Educação da Infância em Kant. *In: Introdução à Filosofia da Educação: Temas Contemporâneos e História*. PAGNI, P. A.; SILVA, D. J. (orgs). São Paulo: Avercamp, 2007.

TERRA, Ricardo Ribeiro. Algumas questões sobre a filosofia da história em Kant. *In: KANT, Immanuel. Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.